



Número: **0010221-52.2019.8.17.3130**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto**

Última distribuição : **15/06/2021**

Valor da causa: **R\$ 12.700,00**

Processo referência: **0010221-52.2019.8.17.3130**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (APELANTE)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
ALTINO BENEDITO DA SILVA (APELADO)		JOAO VICTOR DE SOUZA MEDRADO (ADVOGADO)	
MICHEL NERI DE BARROS (ASSISTENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17642857	10/09/2021 16:46	<a href="#">2699013_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01</a>	Petição em PDF



**EXMO. SR. DR. RELATOR DESEMBARGADOR FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO DA TERCEIRA CAMARA CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO**

**APELAÇÃO 0010221-52.1019.8.17.2001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ALTINO BENEDITO DA SILVA**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM CARÁTER PREQUESTIONATÓRIO**

ao v. acórdão de fls. , pelas razões que passa a expor

**DAS RAZÕES PARA O ACOLHIMENTO DOS PRESENTES**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

O venerando acórdão embargado, negou provimento ao Recurso de apelação, no que diz respeito ao julgamento extra petita.

Ocorre que tal julgado está em contradição com o entendimento pacificado, conforme se verifica não foi observado que a presente demanda foi ajuizada somente com a finalidade de reaver o valor desembolsado nas despesas médicas e para receber indenização por danos morais e em nenhum momento houve pedido de indenização por invalidez.

Assim, caso não sejam acolhidos os presentes embargos opostos, requer o acolhimento dos presentes para que a matéria aqui ventilada seja discutida nas instâncias superiores.

**DA VIOLAÇÃO AOS ART. 141 e 492 DA LEI FEDERAL n° 13105 de 16 de marco de 2015 (CÓDIGO PROCESSO CIVIL)**

Observe-se a notória violação da Lei n° 13105 de 16 de marco de 2015 (Código Processo Civil), mais especificamente os Arts. 141 e 492 do CPC, tendo em vista que, prolatou sentença ultrapassando os pedidos contidos na inicial.

Os dispositivos violados, no caso concreto, são os arts. 141 e 492 do CPC, *in verbis*:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



**Art. 141 - O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.**

**Art. 492 - É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.**

**Parágrafo único - A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.**

Ora Exa., o pedido formulado pela autora é somente de reembolso de despesas médicas e danos morais **EM NENHUM MOMENTO HOUVE PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ.**

No entanto a r. sentença além da condenação de DAMS também condenou em indenização por invalidez **que não foi pedido pela parte autora na inicial.**

Configurando assim em julgamento **EXTRA PETITA.**

#### **DA AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTETATÓRIO**

Não há que se falar em pretensão protetatória. Os argumentos são suficientes a demonstrar o inverso. Destarte, descartada a possibilidade da aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Nesse diapasão, é irrefutável o propósito de prequestionar matéria não defrontada por este Tribunal.

Ademais, sobreleva considerar que o Superior Tribunal de Justiça consolidou este entendimento:

Súmula 98 - Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protetatório.

#### **CONCLUSAO**

Assim sendo, a Embargante requer sejam apreciadas as questões ora suscitadas no que se refere à ao julgamento extra petita tudo com base na Lei 13105/15.

Caso não sejam providos os embargos, que sejam ventiladas as questões suscitadas no que se refere à violação ao disposto no art. 141 e 492 da Lei 13105/15 CPC, para fins de prequestionamento.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PETROLINA, 10 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 10/09/2021 16:46:55  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21091016465590600000017375609>  
Número do documento: 21091016465590600000017375609